



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça**

# **RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2020 TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---



**Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, maio de 2021



## SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	06
3	FINALIDADE	06
4	COMPETÊNCIAS	06
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
6	ESTRATÉGIA	08
7	PROJETOS ESTRATÉGICOS	21
8	PPA 2020-2023	25
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	32
10	RECURSOS PATRIMONIAIS	35
11	INFRAESTRUTURA	35
12	QUADRO DE PESSOAL	44
13	INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO	44



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

# DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

## 1 DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

### 1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

### 1.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017), “a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça”. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

### 1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 120 varas, das quais todas são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

### 1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### 1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de “pequenas causas”.

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem vinte unidades de Juizados Especiais Cíveis e quatro unidades de Juizados Especiais Criminais. Já no restante do Estado, outras dezoito unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

### 1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por três unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

### 1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

temas relevantes.

### 2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

### 3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

### 4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

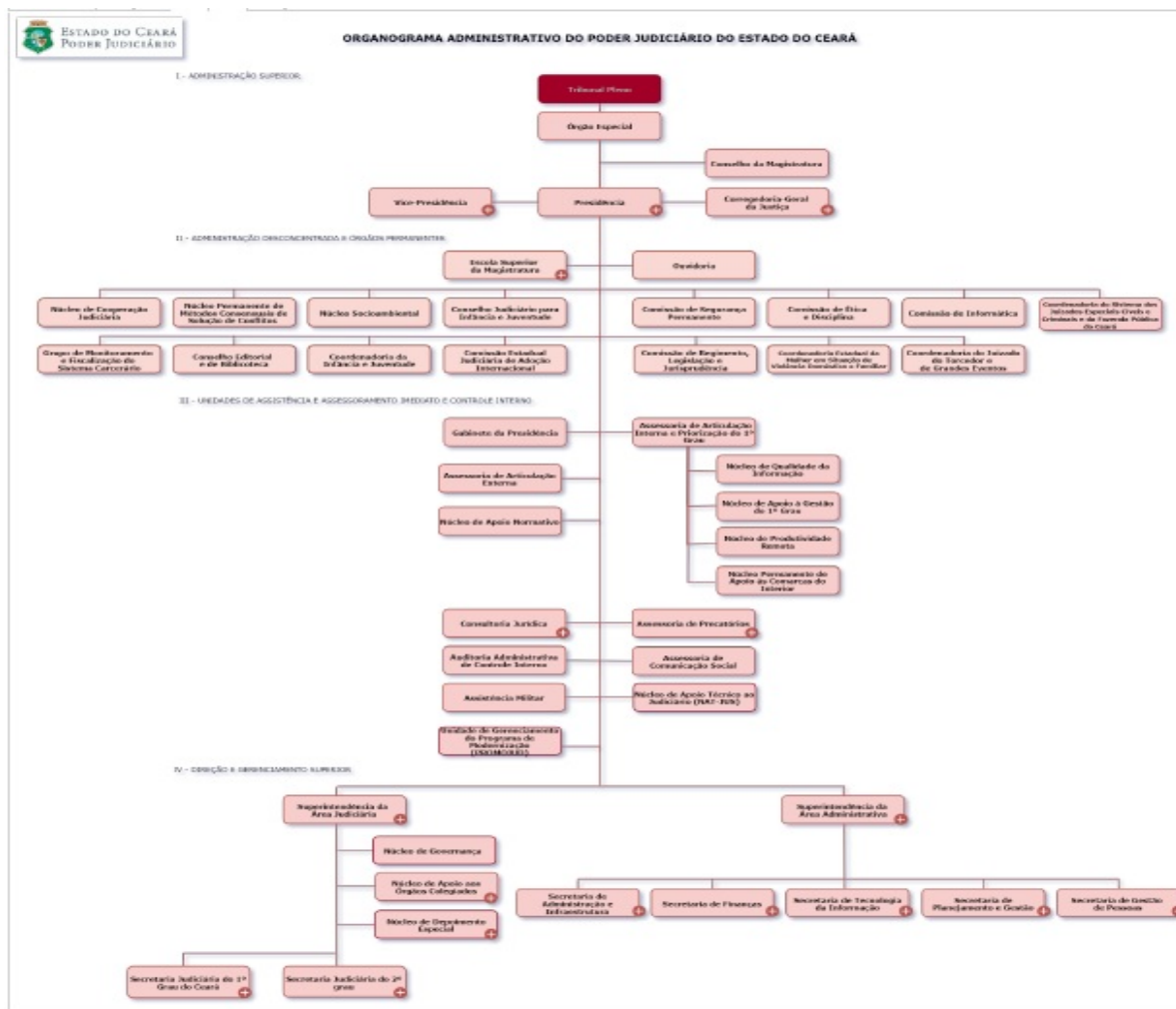
As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Leis Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, e nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018.



Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão em *.html* disponível no seguinte link:

[https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma\\_poder\\_judiciario\\_ceara.html](https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara.html)

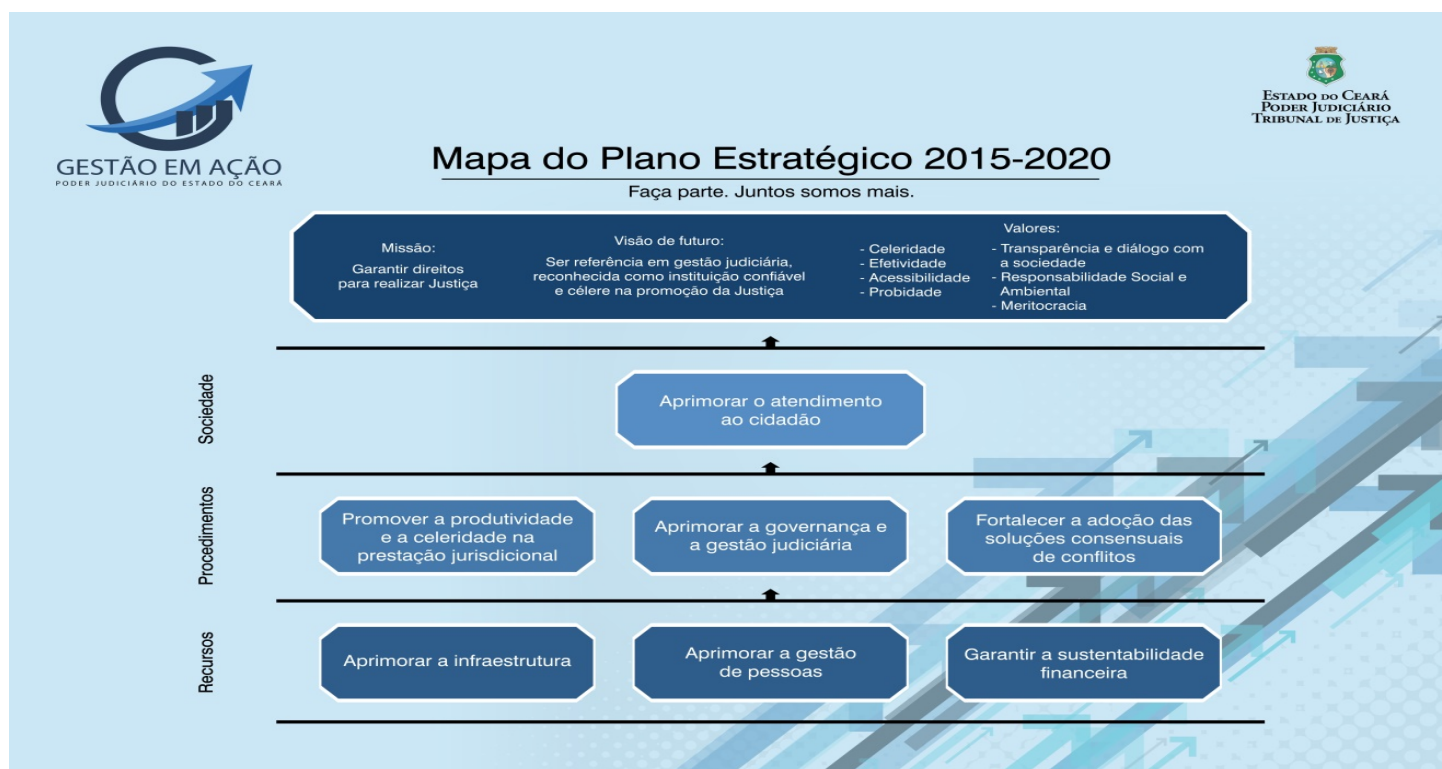


## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, do Órgão Especial, e revisado pela Resolução nº 08, de 06 de junho de 2019, do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Se-plag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 07 (sete) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.







## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

**I - Missão:** Garantir direitos para realizar justiça.

**II - Visão:** Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

**III - Valores:**

- Celeridade;
- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Probidade;
- Transparência e diálogo com a sociedade;
- Responsabilidade social e ambiental; e
- Meritocracia.

**IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:**

**a) Sociedade:**

1. Aprimorar o atendimento ao cidadão;

**b) Procedimentos:**

1. Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional;
2. Aprimorar a governança e a gestão judiciária;
3. Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos;

**c) Recursos:**

1. Aprimorar a infraestrutura;
2. Aprimorar a gestão de pessoas;
3. Garantir a sustentabilidade financeira.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### V - Ficha de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020)

Indicador 01: Índice de satisfação do jurisdicionado*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	36,9% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação do jurisdicionado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

\* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 02: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0					
Descrição da Meta	Posicionar-se, até 2020, entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país em, no mínimo, 3 dos seguintes indicadores: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	3	3



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

\* Indicador válido a partir de 2019.

<b>Indicador 03: Índice de satisfação com o atendimento*</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar o atendimento ao cidadão.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
<b>Frequência de medição</b>	Bianual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados das pesquisas de satisfação com o atendimento respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	39,7% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
<b>Descrição da Meta</b>	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação com o atendimento até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	50,0%	-
<b>Gestor das Metas</b>	Superintendência da Área Judiciária					

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

<b>Indicador 04: Índice de cumprimento das Metas Nacionais*</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Obs: As Metas Nacionais com caráter administrativo não serão consideradas no cálculo deste indicador.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	Percentual médio de cumprimento das Metas Nacionais definidas pelo CNJ para o ano vigente.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	69,0% (2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	75,0%	80,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Indicador 05: Índice de atendimento à demanda*						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{número de processos baixados} / \text{número de casos novos}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	106,0% (2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar para 138,0% o percentual de atendimento à demanda até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	124,0%	138,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 06: Sentença por magistrado*						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o volume de sentenças proferidas e o número de magistrados que atuaram no período.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	Número de sentenças / número de magistrados					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	998 (2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar para 1.594 a média de sentenças por magistrado até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	1.431	1.594
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 07: Índice de produtividade do servidor*	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores que atuaram no período.
<b>Frequência de medição</b>	Mensal
<b>Como medir</b>	$\text{Número de processos baixados} / \text{número de servidores}$
<b>Responsável pelos</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

<b>dados</b>						
<b>Linha de base</b>	126 (2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar para 178 o índice de produtividade do servidor, até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	156	178
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

<b>Indicador 08: Taxa de congestionamento*</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	74,7% (2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir a taxa de congestionamento para 68,4% até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	70,8%	68,4%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

<b>Indicador 09: Índice de governança e gestão do Judiciário*</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a governança e a gestão judiciária.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o nível de atendimento aos padrões definidos em instrumento próprio de avaliação, construído com base nos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica vigentes na instituição, e em modelos externos sobre Governança Pública.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	% de atendimento do instrumento de mensuração de governança e gestão utilizado.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	77,74% (média dos resultados de 2015 a 2018)					
<b>Descrição da Meta</b>	Elevar o nível de governança e gestão para 90,0% até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	85,0%	90,0%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão
-------------------------	-------------------------------------

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

<b>Indicador 10: Índice de conciliação do Justiça em Números (Meta 3)*</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o índice dos acordos processuais e pré-processuais homologados em relação ao total de decisões e audiências de conciliação realizadas no 1º e 2º graus.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% de cumprimento da Meta Nacional 3.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
<b>Linha de base</b>	12,64%					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar, anualmente, em 2,0% o índice de conciliação em relação ao ano anterior.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	-	Índice de conciliação 2018 + 2%	Índice de conciliação 2019 + 2%
<b>Gestor das Metas</b>	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

<b>Indicador 11: Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a infraestrutura.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de execução do plano da Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi).					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% de cumprimento das metas do plano setorial da Seadi.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
<b>Linha de base</b>	Não disponível					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 12: Índice de incremento em investimento</b>	
<b>Objetivo Estratégico:</b>	Aprimorar a infraestrutura.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) aplicados em investimentos.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% de incremento em investimento com relação ao ano anterior.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
<b>Linha de base</b>	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	Investimento 2016 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2017 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2018 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2019 + variação da UFIRCE + 5%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 13: Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a infraestrutura.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% cumprimento das metas do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico de TIC 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador de execução do Plano Estratégico de TIC. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor “zero”.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação					
<b>Linha de base</b>	91,37%					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação
-------------------------	--

(-) Não disponível.

<b>Indicador 14: Índice de aprimoramento de magistrados</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
<b>Linha de base</b>	26,2% (2017)					
<b>Descrição da Meta</b>	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.					
<b>Metas Anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	27,0%	30,0%	33,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 15: Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% de cumprimento das metas do Plano de Gestão de Pessoas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	Não disponível					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 16: Índice de incremento da arrecadação</b>						
<b>Objetivo Estratégico:</b>	Garantir a sustentabilidade financeira.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju).					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação ao ano					





## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

	anterior.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Finanças					
<b>Linha de base</b>	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)					
<b>Descrição da Meta</b>	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2018 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE + 4,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 17: Índice de recurso próprio em custeio e investimento</b>						
<b>Objetivo Estratégico:</b>	Garantir a sustentabilidade financeira.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que são lastreadas por recurso próprio.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{orçamento (Lei + Crédito)} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	Não disponível					
<b>Descrição da Meta</b>	Elevar o índice de recurso próprio para 90,0% até 2020.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
	-	-	-	86,7%	88,5%	90,0%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

<b>Indicador 18: Índice de execução do orçamento planejado</b>						
<b>Objetivo Estratégico:</b>	Garantir a sustentabilidade financeira.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas no Fermoju e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) para o exercício, que foram executadas.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{orçamento executado} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	74,8% (2017)					
<b>Descrição da Meta</b>	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	88,0%	91,5%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

### VI – Lista de Programas Estratégicos

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Aprimoramento do atendimento à sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
2	Aprimoramento da gestão de pessoas	Maior valorização e reconhecimento dos servidores
		Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados e dos servidores
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
3	Aperfeiçoamento da gestão financeira	Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho
		Incremento da arrecadação
4	Desenvolvimento da governança corporativa e da gestão judiciária	Otimização da gestão de custos
		Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia
		Aprimoramento da gestão participativa
		Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas
		Aprimoramento da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Aprimoramento da gestão de processos de trabalho
		Melhoria da comunicação interna
5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Estabelecimento de sistemática para a gestão documental
		Desenvolvimento da Governança de TIC
		Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
6	Excelência no desempenho da	Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
		Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

	<b>prestação jurisdicional</b>	Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
		Fortalecimento da gestão consensual de conflitos
7	<b>Celeridade na prestação jurisdicional</b>	Efetividade na realização das audiências
		Incremento do número de audiências por videoconferência
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
		Incremento de produtividade
		Aprimoramento dos serviços
		Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais
		Ampliação do número de secretarias únicas
		Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico

### VII – Resultados do Plano Estratégico 2015-2020

Nº	Indicador	Meta 2020	Resultado 2020	Evolução
1	Índice de Satisfação do Jurisdicionado*	-	-	-
2	Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país (estar entre os 5 primeiros tribunais mais produtivos do país em pelo menos 3 indicadores de produtividade)	3	0	✘
3	Índice de satisfação com o atendimento*	-	-	-
4	Índice de cumprimento das Metas Nacionais	80%	80%	✓
5	Índice de atendimento à demanda	138%	131,33%	✓
6	Sentença por magistrado	1.594	1.126	!
7	Índice de produtividade do servidor	178	104	!
8	Taxa de congestionamento	68,40%	70,09%	✓
9	Índice de governança e gestão do Judiciário	90%	69%	!
10	Índice de conciliação do Justiça em Números (Meta 3)	100%	79,87%	!
11	Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura	100%	84,20%	!






## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

12	Índice de incremento em investimento	100%	32,30%	
13	Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	100%	96,01%	
14	Índice de aprimoramento de magistrados	33%	31,53%	
15	Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas	100%	90,91%	
16	Índice de incremento da arrecadação	100%	94,54%	
17	Índice de recurso próprio em custeio e investimento	90%	89,30%	
18	Índice de execução do orçamento planejado	95%	76,93%	



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

\*Pesquisa de satisfação em processo de reformulação

-  Meta com Cumprimento acima de 90%
-  Meta com Cumprimento de 50% a 90%
-  Meta com Cumprimento abaixo de 50%

## PROJETOS ESTRATÉGICOS

### 5 AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcan-



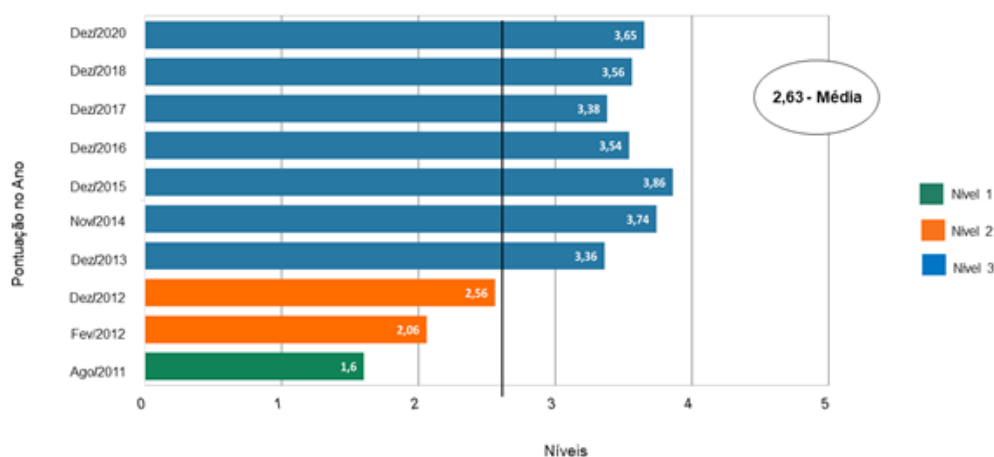
## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

ce dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada avaliação anual (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2020, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no PJCE no ano de 2020 foi 3,56 (Gráfico 1), estando, mais uma vez, acima da média Nacional e enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso. A análise da maturidade é feita pelo ECP a cada dois anos, e a próxima será realizada no final de 2022.

Gráfico 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



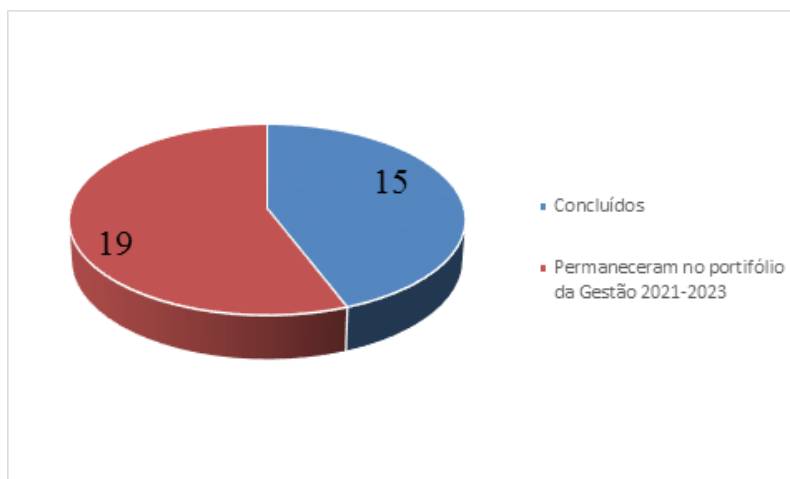
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

O gráfico e os quadros a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2019-2021 relacionados ao Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará, ao final da gestão, 31 de janeiro de 2021.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Gráfico 2 – Projetos Estratégicos - Status



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2019-2021 concluídos até janeiro de 2021

Unidade responsável	Projeto	Data de conclusão
SUPJUD	Implantação de programa de estágio de pós-graduandos	17/06/2019
SUPJUD	Contratação de juízes leigos para os juizados especiais	08/07/2019
COMINF	Expansão SAJ-Eletrônico	20/02/2020
COMSEG	Ampliação e aprimoramento da segurança institucional	02/03/2020
SEADI	Reforma e ampliação de segurança do Fórum de Caucaia	27/03/2020
SEADI	Instalação de sistema fotovoltaico conectado à rede dos Fóruns de Itapajé e Russas	02/06/2020
SUPJUD	Instalação da Secretaria Judiciária do 1º Grau	15/07/2020



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

SGP	Desenvolvimento e implantação de sistema de gestão e avaliação de desempenho por competências	22/10/2020
SUPJUD	Aprimoramento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) da entrância final	03/12/2020
SETIN	Desativação do Sistema Processual (SPROC)	16/12/2020
SEPLAG	Implantação do sistema integrado de gestão estratégica	16/12/2020
SEPLAG	+Gestão	16/12/2020
CGJ	Padronização das rotinas relacionadas às custas judiciais	27/01/2021
SETIN	Digitalização do acervo processual físico das comarcas do interior do Estado	28/01/2021
SEADI	Construção do novo Fórum de Várzea Alegre	29/01/2021

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Quadro 2 - Projetos Estratégicos que permanecem no portfólio da Gestão 2021-2023 (status em janeiro de 2021)

Unidade responsável	Projeto	Previsão de término
SGP	Implantação de solução integrada e informatizada de folha de pagamento e de gestão de pessoas	15/05/2021
ASARTIN 1 GRAU	Implantação da Reestruturação Judiciária 2019-2021	17/02/2021
SUPJUD	Padronização e integração do mandado de prisão	09/03/2021
SEADI	Reforma do Fórum do Crato	27/04/2021
SEADI	Construção do novo Fórum de Senador Pompeu	30/04/2021
SEADI	Construção do Novo Fórum de Uruburetama	05/07/2021
SEADI	Construção do Novo Fórum de Santa Quitéria	06/09/2021
SEADI	Implantação do Fórum do Tauá	22/09/2021
CGJ	Implantação do sistema de correição e inspeção extrajudiciais	07/09/2021





## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

FCB	FCB 10	28/01/2022
SEADI	Construção do Novo Fórum de Aracati	24/10/2022
SEADI	Construção do Novo Fórum de Quixeramobim	08/11/2022
SUPJUD	Expansão Pje	30/11/2023
CGJ	Implantação Módulo Fiscal Eletrônico	Em planejamento
SETIN	Aprimoramento da infraestrutura de TI para suporte ao Processo Judicial Eletrônico	Em planejamento
SJE	Modernização do Juizado Móvel de Fortaleza	Em planejamento
SUPJUD	Criação de banco de sentenças	Em planejamento
SETIN	Evolução de sistemas para integração ao Processo Judicial Eletrônico	Não iniciado
SETIN	Migração de telefonia	Em replanejamento

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

## RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO DO TJCE MONITORADOS NO PPA 2020-2023

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos em 2020 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no *PPA 2020-2023* para os quais o Tribunal de Justiça (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”).

Tabela 1- Desempenho dos indicadores dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2020	1.070	1.126	105,23	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2020	119	104	87,39	Desfavorável, mas tende a melhorar
Índice de baixa processual	Percentual	2020	28,24	29,91	105,91	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2020	105,45	131,33	124,54	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>						
<b>Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.</b>						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2020	7	-	-	Desfavorável, mas tende a melhorar

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro até dezembro de 2020).

No que diz respeito ao indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, cabe destacar que, apesar do cenário de pandemia da COVID-19, os magistrados conseguiram cumprir a meta anual de sentenças proferidas. Importante destacar ainda que a antecipação da realização da Semana de Sentenças e Baixas contribuiu positivamente melhoria do desempenho do indicador no segundo semestre de 2020. Como resultado, o indicador ultrapassou a meta anual, chegando a 105,23% de percentual de realização.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, o resultado apurado durante o ano de 2020 foi impactado pela pandemia da COVID-19, pois os prazos processuais foram interrompidos por um longo período. Dessa forma, muitos processos do acervo que estavam aguardando o encerramento de prazos não puderam ser baixados (finalizados) e continuaram sendo contabilizados como pendentes. Apesar da realização da Semana de Sentenças e Baixas ter sido antecipada, a fim de melhorar o desempenho do indicador, a meta não foi atingida em sua totalidade, alcançando um percentual de realização de 87,39%.

Acerca do “*Índice de baixa processual*”, que mede o percentual de processos solucionados em relação ao total tramitado no período, e que quanto maior for o seu resultado,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

maior será a facilidade do tribunal em lidar com seu estoque de processos, vale destacar que, embora os resultados do ano de 2020 tenham sido impactados pela pandemia da COVID-19, pois os prazos processuais foram interrompidos por um longo período, em que muitos processos do acervo que estavam aguardando o encerramento de prazos não puderam ser finalizados e continuaram sendo contabilizados como pendentes, verificou-se que o indicador conseguiu até ultrapassar um pouco sua meta, alcançando o percentual de realização de 105,91%.

O “*índice de atendimento à demanda processual*” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. Os resultados durante o ano de 2020 foram influenciados positivamente pela pandemia da COVID-19, pois houve uma grande redução na entrada de casos novos. Apesar da redução da quantidade de baixas processuais no período, a redução de casos novos foi ainda maior. Com isso, alcançou-se um percentual de realização no ano de 2020 de 124,54%, superior à meta anual estipulada, de 105,45%.

Por fim, acerca do indicador “*Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados*”, vale destacar que o projeto estratégico “*Padronização e integração do mandado de prisão*” prevê a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão. Apesar de nenhuma integração ter sido finalizada no período, o cronograma de trabalho está de acordo com o esperado. O projeto está com progresso superior a 92%, já próximo de seu processo de conclusão.

Na tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativas dos programas.

Tabela 2- Desempenho físico das entregas dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2020	Realizado em 2020	% Execução Física	Loa + créditos 2020	Empenhado 2020	% Execução orçamentária-financeira
512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional.	409- Pessoa capacitada	Número Absoluto	1.659,00	2.049,00	123,51	2.486.382,00	1.831.413,11	73,81
	950- Modelo de gestão implantado	Percentual	-	-	-	-	-	-
	1.637- Sistema de gestão	Percentual	-	-	-	-	-	-



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

	modernizado							
512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350- Unidade judiciária mantida	Número Absoluto	488,00	613,00	125,61	1.022.378.032, 00	983.555.719, 68	96,20
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	477-Projeto implantado	Percentual	-	-	-	-	-	-
	1.348- Unidade judiciária estruturada	Número Absoluto	488,00	169,00	34,63	34.378.871,00	21.509.043,4 2	62,56
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606- Serviço extrajudicial ofertado	Número Absoluto	385.419,00	299.357,00	77,67	26.500.000,00	21.431.852,7 4	80,87
512.1.05 - Implantação da transformaçã o digital para aprimoramen to dos serviços ao cidadão.	1.664- Solução tecnológica implantada	Percentual	-	-	-	-	-	-
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>								
<b>Objetivo:</b> Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada para 2020	Realizado em 2020	% Execução Física	Loa + créditos 2020	Empenhado 2020	% Execução orçamentária- financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	1.485- Serviço tecnológico integrado	Número Absoluto	2,00	0,00	0,00	76.100,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro até dezembro de 2020).

No que concerne ao programa “512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”, as principais realizações concluídas em 2020 dizem respeito às seguintes entregas: 2.049 pessoas capacitadas, 613 unidades judiciárias mantidas e 299.357 serviços cartorários gratuitos ofertados.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma que a meta programada para o exercício de 2020 foi alcançada; 2) a manutenção das unidades judiciárias está de acordo com o planejado, tendo sua meta deste ano sido alcançada, apesar dos efeitos da pandemia; 3) os serviços cartorários tiveram uma queda significativa no período da pandemia, o que afetou o alcance da meta para o ano de 2020; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais, está de acordo com o planejado, no entanto, a iniciativa de estruturação foi bastante afetada pela pandemia, o que repercutiu negativamente para o alcance da meta para o ano de 2020.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-Modelo de gestão implantado”, “1.637-Sistema de gestão modernizado”, “477-Projeto implantado” e “1.664-Solução tecnológica implantada”) começarão a ser implantadas e executadas a partir de 2021, cujas metas consistirão no percentual cumulativo de progresso dos projetos relacionados aos produtos do Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).

Já com relação ao Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, este conta apenas com o projeto estratégico “Padronização e integração do mandado de prisão”, o qual prevê a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão. Apesar de não ter sido concluída nenhuma integração no período, destaca-se que a integração do mandado de prisão com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE) está no quarto ciclo de testes, entre homologação e correções. Ressalta-se ainda que atrasos do fornecedor de software do TJCE, bem como dificuldade de priorização em ambas instituições, têm contribuído para atrasos nas entregas.

De forma complementar, na tabela 3 são evidenciados o desempenho de todas as iniciativas dos programas quanto aos critérios de eficiência e eficácia.

Tabela 3- Desempenho das iniciativas dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Iniciativa	Quanto a Eficiência	Quanto à Eficácia	Situação / Tendência
512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	O consumo dos recursos foi MENOR do que o planejado e gerou uma MAIOR quantidade de	A execução física ficou ENTRE 0,01% E 29,99,0% ACIMA do que foi planejado.	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

	entregas do que a esperada		
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais	O consumo dos recursos foi MENOR do que o planejado e gerou uma MENOR quantidade de entregas do que a esperada	A execução física ficou MAIS DE 30,0% ABAIXO do que foi planejado	Desfavorável, mas tende a melhorar
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão	Não é possível, neste período, realizar análise de eficiência	Não é possível, neste período, realizar análise de eficácia	Não é possível, neste período, realizar análise de tendência
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito	O consumo dos recursos foi MENOR do que o planejado e gerou uma MENOR quantidade de entregas do que a esperada	A execução física ficou ENTRE 0,01% E 29,99% ABAIXO do que foi planejado	Favorável e tende a melhorar
512.1.02 - Promoção da oferta de serviços judiciais	O consumo dos recursos foi MENOR do que o planejado e gerou uma MAIOR quantidade de entregas do que a esperada	A execução física ficou ENTRE 0,01% E 29,99,0% ACIMA do que foi planejado	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>			
<b>Iniciativa</b>	<b>Quanto a Eficiência</b>	<b>Quanto à Eficácia</b>	<b>Situação / Tendência</b>
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal	O consumo dos recursos foi MENOR do que o planejado e gerou uma MENOR quantidade de entregas do que a esperada	A execução física ficou MAIS DE 30,0% ABAIXO do que foi planejado	04 - Desfavorável, mas tende a melhorar

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro até dezembro de 2020).

Pode-se constatar que, no âmbito do programa 512, as iniciativas “512.1.01-*Qualificação da prestação jurisdicional*” e “512.1.02-*Promoção da oferta de serviços judiciais*” foram as que se apresentaram mais eficientes e de maior eficácia, tendo em vista que consumiram menor volume de recursos financeiros do que o previsto, e geraram maior quantidade de entregas que o esperado. Contrariamente, a iniciativa do programa 512 que apresentou menor eficiência e eficácia foi a “512.1.03-*Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais*”, cuja execução física foi inferior em mais de 30% do que o esperado.

No que diz respeito à iniciativa “512.1.05-*Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão*”, cumpre informar que sobre esta não foi possível realizar as análises necessárias, tendo em vista de que esta nova iniciativa vinculada ao Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud) passará a ser implementada apenas no exercício de



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

2021.

Dando continuidade à análise, na tabela 4 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas durante o exercício de 2020.

Tabela 4-Desempenho orçamentário/financeiro dos programas

<b>PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>					
<b>Objetivo:</b> Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
<b>Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)</b>					
<b>Órgão Executor</b>	<b>Lei+Créditos</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>% Empenho</b>	<b>% Pago</b>
TJ	960.740.102,00	922.093.559,91	901.760.683,78	95,28	93,86
FERMOJU	108.257.660,00	91.719.509,29	85.593.971,28	84,72	79,07
FUNSEG	6.951.163,00	5.451.717,95	1.807.712,93	78,42	26,00
FECDOJ	9.794.360,00	9.063.242,04	9.063.242,04	92,53	92,53
<b>TOTAL</b>	<b>1.085.743.285,00</b>	<b>1.028.328.029,19</b>	<b>998.225.610,03</b>	<b>94,71</b>	<b>91,94</b>
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>					
<b>Objetivo:</b> Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
<b>Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)</b>					
<b>Órgão Executor</b>	<b>Lei+Créditos</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Pago</b>	<b>% Empenho</b>	<b>% Pago</b>
TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDOJ	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>76.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro até dezembro de 2020).

É possível verificar que, no geral, houve um bom desempenho do programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FERMOJU e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeiro ultrapassaram 80% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa.

Por outro lado, o programa 513 ainda não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira do orçamento aprovado para o referido programa, evidenciando sua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

dificuldade de implementação, conforme motivações já relatadas anteriormente.

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2020:

Tabela 5 – Execução Orçamentária 2020 – Tribunal de Justiça

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2020 LEI Nº 17.161, de 27/12/2019 Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO					
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.285.304.133,00	1.285.304.133,00	1.236.062.273,61	1.211.808.759,96	96,17	94,28
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.157.689.031,00	1.157.689.031,00	1.119.807.871,92	1.103.062.966,60	96,73	95,28
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	114.780.611,00	114.785.117,00	105.068.361,72	104.867.351,86	91,53	91,36
44	INVESTIMENTOS	12.834.491,00	12.829.985,00	11.186.039,97	3.878.441,50	87,19	30,23

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2020, representou 96,73% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 6 – Execução Orçamentária 2020 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2020  
LEI Nº 17.161, de 27/12/2019  
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>1.157.689.031,00</b>	<b>1.157.689.031,00</b>	<b>1.119.807.871,92</b>	<b>1.103.062.966,60</b>	<b>96,73</b>	<b>95,28</b>
03 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.000.000,00	5.100.000,00	4.946.068,67	4.946.068,67	96,98	96,98
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	911.457.552,00	908.838.944,22	887.335.059,19	887.335.059,19	97,63	97,63
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	5.470.700,00	5.117.300,71	5.117.300,43	5.117.300,43	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	208.418.855,00	208.364.978,83	203.278.767,35	187.653.013,28	97,56	90,06
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.639.192,00	10.551.199,07	10.020.173,16	10.020.173,16	94,97	94,97
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.100.000,00	16.100.000,00	6.040.471,10	6.033.182,17	37,52	37,47
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.602.732,00	3.616.608,17	3.070.032,02	1.958.169,70	84,89	54,14

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 7 – Execução Orçamentária 2020 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2020  
LEI Nº 17.161, de 27/12/2019  
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>114.780.611,00</b>	<b>114.785.117,00</b>	<b>105.068.361,72</b>	<b>104.867.351,86</b>	<b>91,53</b>	<b>91,36</b>
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	314.070,00	432.800,00	262.116,21	259.716,21	60,56	60,01
09 SALÁRIO-FAMÍLIA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 DIÁRIAS - CIVIL	3.742.100,00	3.622.980,66	1.131.671,82	1.131.671,82	31,24	31,24
15 DIÁRIAS - MILITAR	75.600,00	45.759,65	45.759,65	45.759,65	100,00	100,00
30 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	49.000,00	47.765,90	0,00	97,48	0,00
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	19.473.600,00	19.623.800,00	19.545.020,24	19.545.020,24	99,60	99,60
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	458.111,00	7.753.522,32	7.748.929,44	7.737.202,47	99,94	99,79
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	312.500,00	92.087,59	37.617,96	1.723,08	40,85	1,87
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	100.000,00	2.104.506,00	2.101.317,63	2.027.855,88	99,85	96,36
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	73.145.800,00	63.850.917,57	60.798.777,98	60.798.777,98	95,22	95,22
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	810.970,00	370.970,00	307.687,04	278.396,48	82,94	75,05
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.865.800,00	2.988.247,87	1.956.666,41	1.956.196,61	65,48	65,46
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.480.060,00	13.850.525,34	11.085.031,44	11.085.031,44	80,03	80,03

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Tabela 8 – Execução Orçamentária 2020 – Tribunal de Justiça – Investimentos

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12.834.491,00	12.829.985,00	11.186.039,97	3.878.441,50	87,19	30,23
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.150.582,00	5.796.463,60	5.795.454,08	3.252.916,44	99,98	56,12
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	4.200.612,00	5.712.415,00	4.743.072,49	75.912,66	83,03	1,33
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.478.297,00	1.316.106,40	647.513,40	549.612,40	49,20	41,76

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,98% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### RECURSOS PATRIMONIAIS

Tabela 9 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2020

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
00000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	9.882.088,13	0,00	13.141,53	0,00	0,00	9.868.946,60
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	2.030.547,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.030.547,83
44905200018	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
44905200023	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.948.977,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.948.977,74
44905200027	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	62.363,06	45.100,84	0,00	0,00	0,00	107.463,90
44905200034	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	14.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.468,00
44905200036	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	2.427.697,97	207.040,00	0,00	0,00	0,00	2.634.737,97
44905200039	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	1.629,79	7.016,99	0,00	0,00	0,00	8.646,78
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	5.721.140,54	793.601,60	0,00	0,00	0,00	6.514.742,14
4490520007	APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO	345.236,72	33.144,52	0,00	0,00	0,00	378.381,24
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	25.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.671,00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728.857,81	7.523,51	0,00	0,00	0,00	736.381,32
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	126.948,01	0,00	0,00	0,00	0,00	126.948,01
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	635.049,49	23.814,82	0,00	0,00	0,00	658.864,31
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	141.742,35	0,00	0,00	0,00	0,00	141.742,35
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	68.431,29	0,00	0,00	0,00	0,00	68.431,29
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	1.400.233,44	126.678,00	0,00	0,00	0,00	1.526.911,44
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	42.715.184,03	403.444,90	0,00	0,00	0,00	43.118.628,93
4490520028	OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU	2.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	73.222.874,62	7.747.539,86	80.056,42	0,00	0,00	80.890.358,06
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	367.845,02	48.242,50	0,00	0,00	0,00	416.087,52
	<b>Total:</b>	<b>141.870.725,84</b>	<b>9.443.147,54</b>	<b>93.197,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>151.220.675,43</b>

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE

### INFRAESTRUTURA

Quadro 3 - Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

IMÓVEIS – TJCE			
ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO
1	ABAIARA	FÓRUM	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3		FÓRUM	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
4	ACARAÚ	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA
5		CASA	RUA SANTO ANTÔNIO, 1495, CENTRO
6	ACOIPIARA	FÓRUM	RUA CÍCERO MANDU, S/N
7		CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
8		CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
9	AIUABA	FÓRUM	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
10		CASA	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
11		CASA	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, Nº 06, CENTRO
12	ALCANTARAS	FÓRUM	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	FÓRUM	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
15		CASA	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
16	AMONTADA	FÓRUM	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310 / ESQUINA COM RUA MARIA BELO
17		TERRENO	RUA MARIA BELO, S/N
18		CASA	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
19	ANTONINA DO NORTE	FÓRUM	RODOVIA CE 373, S/N
20	APUIARÉS	FÓRUM	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
21	AQUIRAZ	FÓRUM	AVENIDA AUGUSTO SÁ
22		PRÉDIO	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
23		CASA	RUA KANGATI, 10
24		CASA	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
25		CASA	RUA KANGATI
26	ARACATI	FÓRUM	TRAVESSA FELISMINO FILHO, 1079
27		PRÉDIO	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789
28		CASA	RUA CASTELO, 1310, NSA SRA DE LOURDES
29		CASA	RUA CASTELO, 1312, NSA SRA DE LOURDES
30		CASA	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1224
31		TERRENO	LOTEAMENTO VILA GREGA
32	ARACOIABA	FÓRUM	AVENIDA TIRADENTES, 1449
33		CASA	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
34		CASA	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARARENDÁ	FÓRUM	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
36	ARARIPE	FÓRUM	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
37		CASA	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
38	ARATUBA	FÓRUM	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
39		CASA	AV JÚLIO PEREIRA, 30, FORQUILHA
40	ARNEIROZ	FÓRUM	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
41	ASSARÉ	FÓRUM	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO
42		CASA	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 - CENTRO
43		PRÉDIO	RUA PE EMÍLIO CABRAL, 320 A (PAVIMENTO SUPERIOR), CENTRO – ANTIGO FÓRUM
44		TERRENO	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N
45	AURORA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
46		CASA	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
47	BAIXIO	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
48		CASA	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
49	BANABUIÚ	FÓRUM	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
50	BARBALHA	FÓRUM	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
51		PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118-A
52		TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
53		CASA	RUA MARIA ILDUARA, 693
54		CASA	RUA MARIA ILDUARA, 707
55	BARREIRA	FÓRUM	RUA PAULO JACÓ, 190
56	BARRO	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO AUDELEY CARDOSO, S/N
57		CASA	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARROQUINHA	FÓRUM	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
59		FÓRUM	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
61		PRÉDIO	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
62		PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

63	BATURITÉ	PRÉDIO	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
64		PRÉDIO	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
65		CASA	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
66		CASA	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
67		CASA	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)
68	BEBERIBE	FÓRUM	RUA JOAQUIM FACÓ, 244
69		TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
70		CASA	R. JOAQUIM FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
71	BELA CRUZ	FÓRUM	RUA SANTA CRUZ, S/N
72		CASA	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
73		CASA	RUA JOSÉ XEREZ, 12, CENTRO
74	BOA VIAGEM	FÓRUM	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N
75		PRÉDIO	RUA AGRONOMANDO RANGEL - PRAÇA JOSÉ CÂNDIDO, S/N, ALTOS (BB)
76		TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
77		CASA	R. 21 DE NOVEMBRO, 566 – TIBIQUARI
78	BREJO SANTO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
79		PRÉDIO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
80		TERRENO	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
81		CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, S/N
82		CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, Nº 303
83	CAMOCIM	FÓRUM	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
84		CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A– CENTRO
85		CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
86	CAMPOS SALES	FÓRUM	RUA MANOEL MORAIS, 84
87		CASA	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 - CENTRO
88	CANINDÉ	FÓRUM	RUA GERÔNICO BRÍGIDO, S/N
89		PRÉDIO	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
90		CASA	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
91		CASA	RUA DOUTOR GERÔNICO BRÍGIDO NETO, 685, IMACULADA CONCEIÇÃO
92		CASA	RUA CÉLIO MARTINS, 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
93	CAPISTRANO	FÓRUM	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N
94		CASA	RUA ANTÔNIO FERNANDES SOBRINHO, S/N
95		PRÉDIO	RUA CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE, S/N
96	CARIDADE	FÓRUM	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361
97		CASA	R. CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
98	CARIRÉ	FÓRUM	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
99		CASA	RUA MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N, CENTRO
100	CARIRIAÇU	FÓRUM	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
101		CASA	RUA LUIZ BEZERRA, S/N, PARAÍSO
102	CARIÚS	CASA	RUA PRAÇA DA REPÚBLICA, 22, CENTRO
103		FÓRUM	RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA, S/N, NOVO HORIZONTE
104	CARNAUBAL	FÓRUM	RUA JOSÉ BARROSO, 143
105		CASA	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
106	CASCAVEL	FÓRUM	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/N
107		CASA	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB (SÍTIO)
108		CASA	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
109	CATARINA	FÓRUM	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
110		CASA	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
111	CATUNDA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO TIMBÓ, S/N
112	CAUCAIA	FÓRUM	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251
113		CASA	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO, 517 – CENTRO
114		CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
115		CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
116		PRÉDIO	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N
117		CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
118		PRÉDIO	RUA PREFEITO JURACI SAMPAIO PONTES, 2091 – CENTRO – 1º E 2º PAVIMENTOS
119	CEDRO	FÓRUM	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
120		CASA	RUA AZARAIAS ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
121		CASA	RUA AZARIAS ALVES DINIZ, 325
122	CHAVAL	FÓRUM	RUA MAJOR FIEL, 299
123		CASA	PRAÇA MONSINHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
124		CASA	R. ZEFERINO COSTA S/N.
125	CHORÓ LIMÃO	FÓRUM	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N
126	CHOROZINHO	FÓRUM	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
127		CASA	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

128	COREAÚ	FÓRUM	RODOVIA CE 071	
129		CASA	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N	
130		CASA	CONJUNTO COHAB – S/N,	
131	CRATEÚS	FÓRUM	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N	
132		PRÉDIO	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N	
133		CASA	RUA DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821	
134		CASA	RUA GENTIL BARREIRA, 716, PLANALTO	
135		CASA	RUA EDILBERTO FROTA, 1819, FÁTIMA II	
136		PRÉDIO	RUA CEL. TOTÓ, 1101, ALTOS BB (ANTIGO FÓRUM)	
137	CRATO	FÓRUM	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N	
138		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01	
139		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02	
140		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03	
141		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04	
142		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05	
143	CROATÁ	FÓRUM	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N	
144		CASA	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N	
145	CRUZ	FÓRUM	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01	
146		CASA	RUA 07 DE SETEMBRO S/N	
147	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	RUA CÂNDIDO BORGES , S/N	
148	ERERÉ	FÓRUM	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N	
149	EUSÉBIO	FÓRUM	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N	
150		CASA	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº - TIMBU	
151	FARIAS BRITO	FÓRUM	RUA ANTONIO FERNANDES DE LIMA , 386	
152		CASA	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404	
153	FORQUILHA	FÓRUM	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N	
154		CASA	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº - CENTRO	
155	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N	
156		FÓRUM	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220	
157		PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N	
158		PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N	
159		PRÉDIO	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1400, ALDEOTA	
160		PRÉDIO	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA	
161		PRÉDIO	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA	
162		PRÉDIO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA	
163		PRÉDIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA	
164		PRÉDIO	RUA DR. ALMEIDA FILHO, 800, MONTE CASTELO	
165		PRÉDIO	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA	
166		PRÉDIO	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114	
167		PRÉDIO	RUA DR. JOÃO GUILHERME , 25 -ANTONIO BEZERRA	
168		PRÉDIO	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA	
169		PRÉDIO	RUA HERMINA BONAVIDES, S/N, PRAIA DO FUTURO	
170		PRÉDIO	BARÃO DO RIO BRANCO, 2922	
171			PRÉDIO	RUA SETECENTOS E VINTE E NOVE, 443, CONJUNTO CEARÁ
172			PRÉDIO	RUA SANTA EFIGÊNIA, 360, MESSEJANA
173			PRÉDIO	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 3288, MONTESE
174			PRÉDIO	RUA MÁRIO MAMEDE, 1200, BAIRRO DE FÁTIMA
175		PRÉDIO	RUA DO LAGO, 636, TANCREDO NEVES	
176		PRÉDIO	FUNCIONA NA FAMETRO	
177		PRÉDIO	RUA CARLOS CHAGAS, 421, BOM SUCESSO	
178		PRÉDIO	AVENIDA C, 1301, BARRA DO CEARÁ	
179		PRÉDIO	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 130, PARANGABA	
180		PRÉDIO	AVENIDA K, 1330, JOSÉ WALTER	
181		PRÉDIO	RUA BETEL, 230, SERRINHA	
182		PRÉDIO	RUA GENERAL BIZERRIL, 722, CENTRO	
183		PRÉDIO	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1200, CENTRO	
184	FORTIM	FÓRUM	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N	
185		CASA	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.	
186	FRECHEIRINHA	FÓRUM	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727	
187		CASA	RUA TENENTE ÂNGELO, 86, CENTRO	
188		TERRENO	RUA JOAQUIM PEREIRA, S/N	
189	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N	
190	GRAÇA	FÓRUM	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337	
191		CASA	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/N, CENTRO	
192		FÓRUM	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N	



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

193	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
194		CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
195	GRANJEIRO	FÓRUM	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
196		FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL , 1520
197	GROAÍRAS	CASA	RUA JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/N, CAP. JOSÉ LINHARES
198		PRÉDIO	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO, S/N
199	GUAIUBA	FÓRUM	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
200		FÓRUM	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
201	GUARACIABA DO NORTE	CASA	AV. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741, CENTRO
202	GUARAMIRANGA	FÓRUM	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
203	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
204		CASA	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
205		FÓRUM	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, S/N
206		PRÉDIO	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
207	HORIZONTE	CASA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, 305, CENTRO
208	IBARETAMA	FÓRUM	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
209		FÓRUM	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
210	IBIAPINA	CASA	AV. SGT. JOÃO GOMES NETO, 202, CENTRO
211		TERRENO	RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES, S/N
212	IBICUITINGA	FÓRUM	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
213	ICAPUÍ	FÓRUM	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
214		CASA	RUA DOS PORFÍRIOS, 97 – CENTRO
215		FÓRUM	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
216		CASA	RUA B - LOTEAMENTO JOSÉ BARRETO, Nº 1472
217	ICÓ	CASA	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 - CENTRO
218		FÓRUM	RUA JOSÉ AMARO, S/N
219		PRÉDIO	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N
220		CASA	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 - CENTRO
221		CASA	RUA JOSÉ AMARO, 261, BUGI
222		CASA	RUA JÚLIO CAVALCANTI, 1650, BUGI
223		CASA	RUA FLORIANO PEIXOTO
224	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	RUA SANTA TERESINHA, 510
225		CASA	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
226		FÓRUM	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
227	IPAPORANGA	CASA	RUA JOÃO LUCIANO, S/N
228	IPAUMIRIM	FÓRUM	CE 151- KM 21,30, S/N
229		CASA	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO DO BOM PRINCÍPIO, S/N
230	IPU	FÓRUM	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
231		CASA	RUA JOANA MIMOSO, S/N, CAIXA D'ÁGUA
232		FÓRUM	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
233	IPUEIRAS	CASA	RUA CEL. FREDERICO GUILHERMINO, S/N, FRENTE FICA PARA RUA VICENTE FERREIRA LIMA
234		FÓRUM	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
235		CASA	RUA GERVÁSIO HOLANDA GUERRA, 1371
236	IRACEMA	PRÉDIO	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133 (BANCO DO BRASIL), CENTRO
237		CASA	RUA ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407
238	IRAUÇUBA	FÓRUM	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
239		CASA	RUA JORGE DOMINGUES, S/N
240	ITAIÇABA	FÓRUM	VILA OLÍMPICA, S/N
241		FÓRUM	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
242	ITAITINGA	CASA	RUA FRANCISCO CORDEIRO, Nº 1019 CENTRO
243		CASA	RUA TARCÍLA CARNEIRO SARAÍVA, 10, ALTOS, CENTRO
244	ITAPAJÉ	CASA	RUA 2 DE FEVEREIRO, 440
245		FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, 104 (ANTIGO FÓRUM)
247		FÓRUM	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
248		PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380
249		CASA	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
250	ITAPIPOCA	CASA	RUA PRESNILAU CAMERINO, 68, COQUEIRO
251		PRÉDIO	AV. ANASTÁCIO BRAGA, 676, CENTRO – BB
252		CASA	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
253		FÓRUM	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
254	ITAPIÚNA	CASA	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
255		CASA	RUA JOAQUIM BEZERRA, 46
256	ITAREMA	FÓRUM	AVENIDA RIOS, 440
257		CASA	AV. RIOS 410 – CENTRO
258		FÓRUM	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

259	ITATIRA	CASA	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
260	JAGUARETAMA	FÓRUM	RUA RIACHO DE SANGUE, 786
261		CASA	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, S/N, CENTRO
262	JAGUARIBARA	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
263		FÓRUM	AV. 08 DE NOVEMBRO, 1261, CENTRO
264	JAGUARIBE	CASA	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
265		FÓRUM	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
266	JAGUARUANA	CASA	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO, 1402-A, SOCORRO
267		FÓRUM	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
268	JARDIM	CASA	RUA SANTO ANTONIO, S/N
269		FÓRUM	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
270	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 68
271		CASA	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
272	JIOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
273		FÓRUM	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
274		PRÉDIO	RUA ERIVANDO DA CRUZ
275		PRÉDIO	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
276		TERRENO	PARTE DA QUADRA K
277		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 1
278	JUAZEIRO DO NORTE	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 2
279		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 3
280		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 4
281		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 5
282		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIAL – RUA CLEMENTE DE ARAÚJO BORGES, S/N, PLANALTO CASA 6
283		FÓRUM	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
284	JUCÁS	CASA	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
285		FÓRUM	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
286	LAVRAS DA MANGABEIRA	ANTIGO FÓRUM	RUA XAVIER ANGELO, 92
287		CASA	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
288		CASA	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA
289		FÓRUM	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2121
290		PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
291	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CÔNEGO BESSA, 2381
292		PRÉDIO	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187
293		CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO.
294		CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
295		FÓRUM	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
296	MADALENA	CASA	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
297		FÓRUM	RUA EDSON QUEIROZ
298		PRÉDIO	RUA EDSON QUEIROZ
299	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 - CENTRO
300		CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 - CENTRO
301		CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 - CENTRO
302		FÓRUM	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA
303	MARANGUAPE	PRÉDIO	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
304		CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
305		CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
306	MARCO	FÓRUM	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
307		CASA	RUA OSTERNO, SN, CENTRO COM RUA JOSÉ MARIA FARIAS
308	MARTINÓPOLES	FÓRUM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
309		FÓRUM	RUA APRIGIO COELHO
310	MASSAPÊ	CASA	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO.
311		FÓRUM	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
312	MAURITI	CASA	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
313		CASA	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
314		FÓRUM	RUA MONSIEHOR FURTADO, S/N
315	MERUOCA	CASA	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
316		FÓRUM	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N





## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

317	MILAGRES	CASA	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº - CENTRO
318	MILHÃ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, 235
319	MIRAIMA	FÓRUM	AV. LINDOLFO BRAGA
320	MISSÃO VELHA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
321		CASA	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
322	MOMBAÇA	CASA	RUA CASIMIRO FIUZA BENEVIDES, Nº 17
323		FÓRUM	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
324		FÓRUM	RUA ANÉSIA CASTELO MEIRELES, 01, CENTRO, PAVIMENTO SUPERIOR
325	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
326		CASA	RUA CEL. EPIFÂNIO, Nº 02, CENTRO
327		CASA	RUA JOÃO PAMPLONA, Nº 60
328	MORADA NOVA	FÓRUM	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
329		CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
330		CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
331	MORAÚJO	FÓRUM	RODOVIA CE-071
332	MORRINHOS	FÓRUM	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
333		CASA	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
334	MUCAMBO	FÓRUM	RUA VICENTE GOMES, S/N
335		CASA	RUA VICENTE GOMES, S/Nº - CENTRO
336	MULUNGU	FÓRUM	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
337		CASA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N, CENTRO
338	NOVA JAGUARIBARA	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
339	NOVA OLINDA	FÓRUM	AVENIDA ALVINA ALVES, 18
340	NOVA RUSSAS	FÓRUM	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
341		TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
342		CASA	RUA LEONARDO ARAÚJO, 176, PATRONATO
343	NOVO ORIENTE	CASA	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
344		FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
345		PRÉDIO	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO, 53
346		CASA	RUA CAPITÃO RODRIGUES, 193
347		CASA	RUA CAZUZA ROCHA, 57, CASA 02
348	OCARA	CASA	RUA COELHO DA SILVA, S/N, CASA 01
349		FÓRUM	CEL JOÃO FELIPE
350	ORÓS	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES, S/N
351		CASA	RUA EXPEDITO PAULINO DA SILVA, 09, CENTRO
352	PACAJUS	FÓRUM	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
353		CASA	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
354		CASA	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
355	PACATUBA	FÓRUM	RUA CEL. JOSE LIBANIO, S/N
356		CASA	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 - CENTRO
357		CASA	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 - CENTRO
358	PACOTI	FÓRUM	RUA PADRE QUILIANO, 57
359		CASA	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56, ED. DR. JOSÉ JOACY PEREIRA
360		CASA	RUA CASTELO BRANCO, S/N
361	PACUJÁ	FÓRUM	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N
362	PALHANO	FÓRUM	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
363	PALMÁCIA	FÓRUM	RUA JOSÉ SIMPLICIO, S/N
364		CASA	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº - CENTRO
365	PARACURU	FÓRUM	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N
366		CASA	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
367	PARAIPABA	FÓRUM	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
368		CASA	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 - CENTRO
369	PARAMBU	FÓRUM	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N
370		CASA	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO A. HOLANDA
371	PARAMOTI	FÓRUM	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
372	PEDRA BRANCA	FÓRUM	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
373		CASA	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
374	PENAFORTE	FÓRUM	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
375	PENTECOSTE	FÓRUM	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
376		CASA	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, 134
377		CASA	RUA DR. MOREIRA DE AZEVEDO, S/N, CENTRO
378	PEREIRO	FÓRUM	RUA CORONEL PORTO, S/N
379		CASA	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
380		TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
381	PINDORETAMA	FÓRUM	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

382	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
383	PIRES FERREIRA	FÓRUM	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
384	PORANGA	FÓRUM	RUA EPITÁCIO PINHO, S/N
385		CASA	AV DR. EPITÁCIO DE PINHO, 203, CENTRO
386	PORTEIRAS	FÓRUM	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
387		CASA	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº - CENTRO
388	POTENGI	FÓRUM	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N
389		PRÉDIO	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
390	POTIRETAMA	FÓRUM	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
391	QUITERIANÓPOLIS	FÓRUM	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
392	QUIXADÁ	PRÉDIO	AVENIDA JESUS MARIA JOSÉ, S/N
393		PRÉDIO	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
394		PRÉDIO	RUA JOSÉ JUCA ( 2ª PAV. DO PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL), S/N
395		CASA	TV. TIRADENTES, 229, CENTRO
396		CASA	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
397		CASA	AV. PLÁCIDO CASTELO, 2028, CENTRO (ANTIGO JECC)
398		CASA	RUA CARLOS JEREISSATI, 722, ALTO SÃO FRANCISCO
399	QUIXELÔ	FÓRUM	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO ( ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
400		CASA	RUA SÃO FRANCISCO, S/N, CENTRO
401	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
402		TERRENO	RUA NORTE E SUL, 2
403		CASA	AV. DR. MIGUEL PINTO, 423, CENTRO
404		CASA	AV. GERALDO BIZARRIA DE CARVALHO, 1003
405	QUIXERÉ	FÓRUM	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
406		CASA	RUA MANOEL GONÇALVES, 231, CENTRO
407	REDENÇÃO	FÓRUM	RUA PADRE BARROS, 264
408		CASA	RUA PADRE BARROS, SN
409	RERIUTABA	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
410		CASA	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº - BARRO VERMELHO
412	RUSSAS	FÓRUM	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
413		CASA	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO.
414		PRÉDIO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
415		FÓRUM	RUA PE RAUL VIEIRA, 424, CENTRO – ANTIGO FÓRUM
416		CASA	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV.IRMÃ MARIA DAS GRAÇAS, Nº 294 – CENTRO,
417		PRÉDIO	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137
418		FÓRUM	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
419	SABOIEIRO	CASA	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
420		FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
421	SANTA QUITÉRIA	TERRENO	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
422		CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
423		CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 – PRIMAVERA
424	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
425		CASA	RUA MANOEL JOAQUIM, S/N, CENTRO
426	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	RUA JOAQUIM TÁVORA, S/N
427		CASA	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº - CENTRO
428	SÃO BENEDITO	FÓRUM	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
429		CASA	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO
430		CASA	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
431	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FÓRUM	RUA ADITE MOTA, S/N
432		CASA	RUA JOSÉ OURIVES, 180, SANTA CRUZ
433		CASA	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
434	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	RUA DANIEL RODRIGUES , 547
435	SÃO LUÍS DO CURU	FÓRUM	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
436		CASA	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
437	SENADOR POMPEU	FÓRUM	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
438		CASA	RUA FRANCISCO LEANDRO, S/N
439		CASA	RUA ADONIAS MANO DE CARVALHO, 99, CENTRO
440	SENADOR SÁ	FÓRUM	AV. 23 DE AGOSTO
441		FÓRUM	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
442		PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
443		PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330
444		PRÉDIO	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
445		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 1



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

446	SOBRAL	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 2
447		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 3
448		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 4
449		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 5
450		CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – RUA MAR DEL PLATA, 300, CASA 6
451	SOLONÓPOLE	FÓRUM	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
452		CASA	RUA MARIA FRANCELINA PINHEIRO LANDIM, 1046
453		CASA	RUA ANTÔNIO OZÍRES PINHEIRO, 94
454	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA ALARCON, 433
455		CASA	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08 DE JUNHO
456	TAMBORIL	FÓRUM	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
457		CASA	RUA TABELIÁ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
458	TARRAFAS	FÓRUM	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
459	TAUÁ	FÓRUM	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
460		PRÉDIO	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
461		PRÉDIO	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
462		FÓRUM	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
463		CASA	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO DA SILVA, 396
464	TIANGUÁ	CASA	RUA DONDON FEITOSA, 639
465		CASA	RUA DOMINGOS GOMES, 74
466	TIANGUÁ	FÓRUM	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
467		PRÉDIO	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
468		TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
469		CASA	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO
470		CASA	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
471	TRAIRI	CASA	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1256 – CENTRO.
472		FÓRUM	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
473		CASA	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
474	TURURU	CASA	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
475		FÓRUM	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
476	UBAJARA	FÓRUM	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
477		CASA	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 - CENTRO
478	UMARI	TERRENO	RUA PROJETADA, S/N
479		FÓRUM	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
480	UMIRIM	FÓRUM	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
481		CASA	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
482	URUBURETAMA	FÓRUM	RUA MAJOR SALES, 697
483		CASA	CE 243, KM 7, SÍTIO ITAITINGA
484		CASA	TRAVESSA JOAQUIM ÁVILA, 122, CENTRO
485	URUOCA	FÓRUM	RUA JOÃO RODRIGUES, 219
486		CASA	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
487	VÁRZEA ALEGRE	FÓRUM	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
488		FÓRUM	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60, CENTRO
489		CASA	RUA IRACI BEZERRA, 344, VAZANTE
490		TERRENO	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
491		TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
492	VIÇOSA DO CEARÁ	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
493		FÓRUM	PRAÇA DESTINO CARNEIRO PASSOS
494		TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556
495		CASA	RUA FONTENELE SOBRINHO, 1524, CENTRO
496		CASA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
497		CASA	RUA ANTÔNIO FELICIANO DE CASTRO, S/Nº - CENTRO

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

### QUADRO DE PESSOAL

Tabela 10 – Quadro de pessoal e alocação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

CARGO	TJCE	Comarca de Fortaleza			Comarca do Interior		Total Resultado
	2º GRAU	1º GRAU	ADM	Sem Classificação	1º GRAU	ADM	
Desembargadores	43	0	0	0	0	0	43
Estagiários	229	444	8	0	247	0	928
Magistrados	0	192	0	0	202	0	394
Servidores Comissionados sem vínculo	86	281	10	0	373	0	750
Servidores Efetivos	296	866	67	2	1764	16	3011
Terceirizados	78	89	244	0	48	41	500
<b>Total Resultado</b>	<b>732</b>	<b>1872</b>	<b>329</b>	<b>2</b>	<b>2634</b>	<b>57</b>	<b>5626</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE

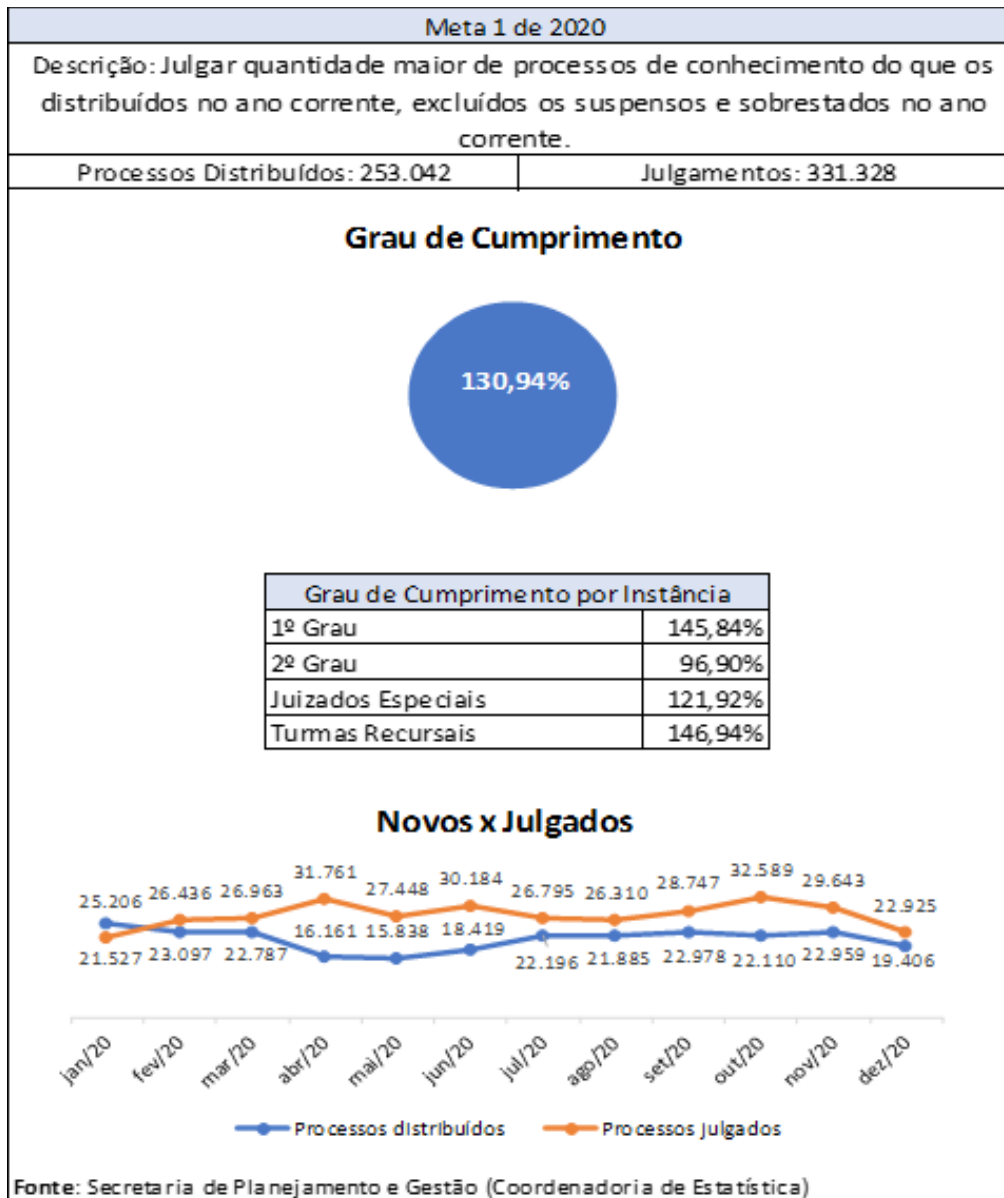
### INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

#### 6 METAS NACIONAIS 2020

Como resultado geral das ações empreendidas em 2020 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 331.328 processos da meta 1 de 2020; 66.262 processos da meta 2 de 2020; 979 processos da meta 4 de 2020; 592 processos da meta 6 de 2020 e 5.301 processos da Meta 8, conforme se observa nas figuras a seguir.

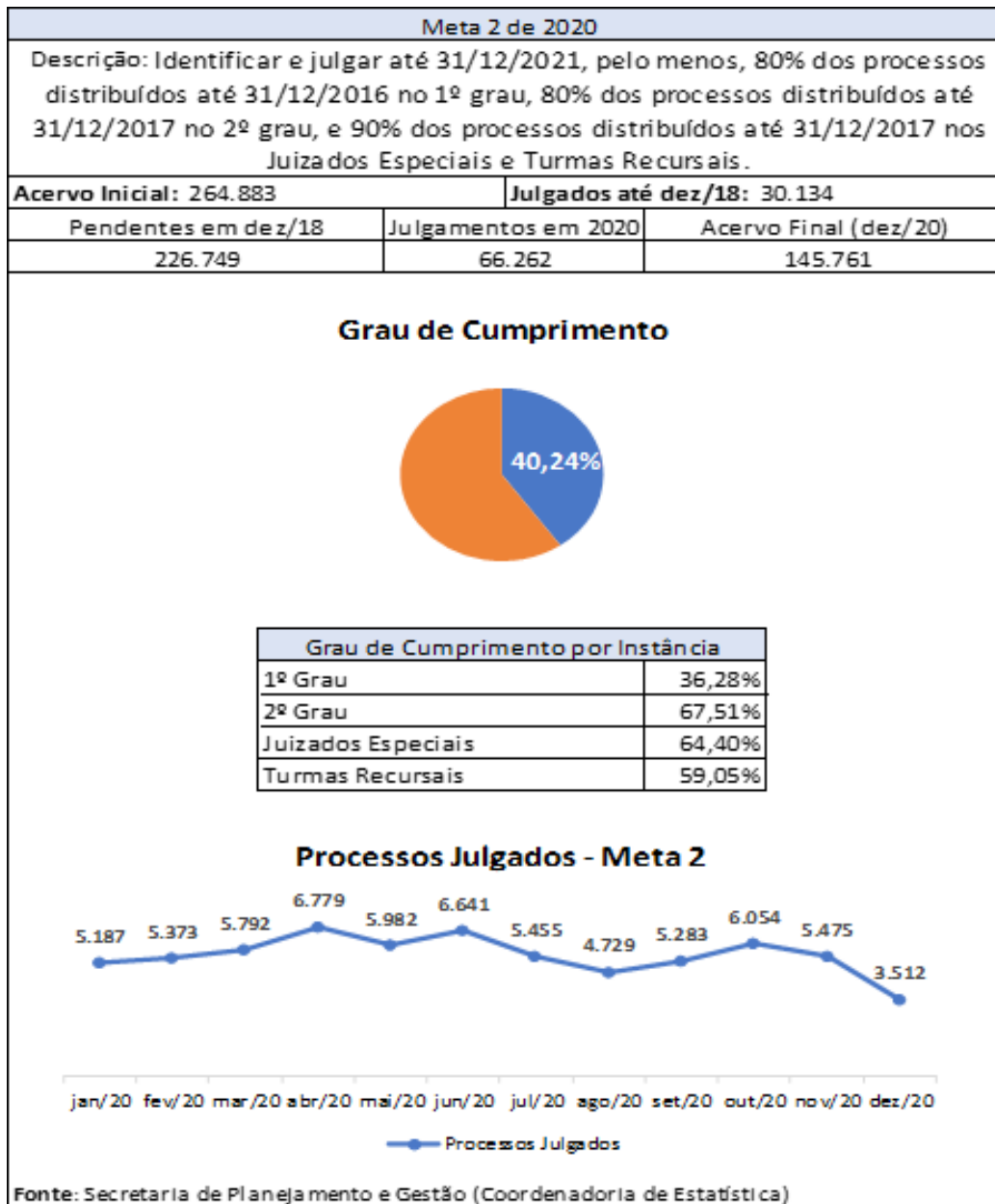


## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça



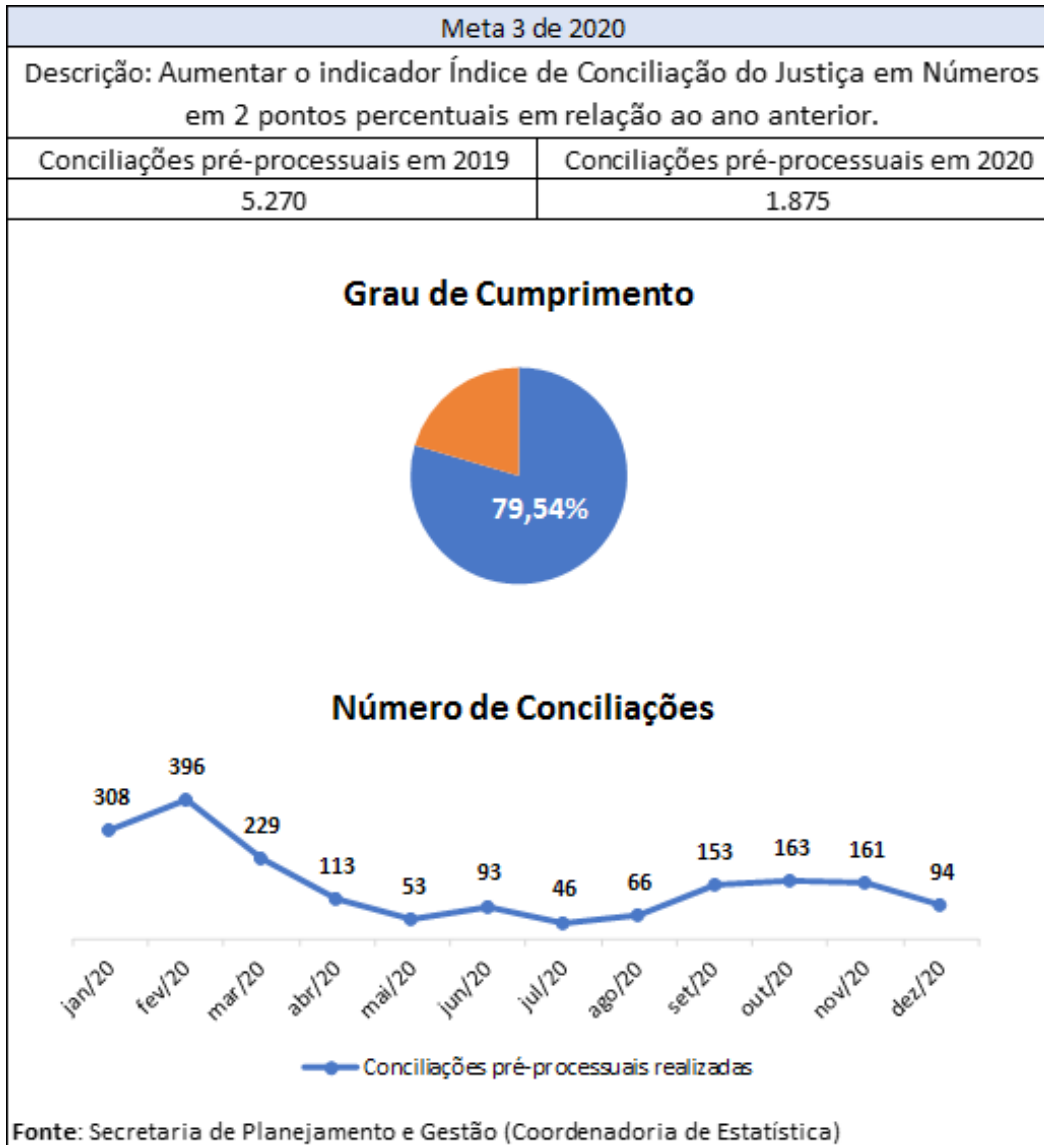


## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça



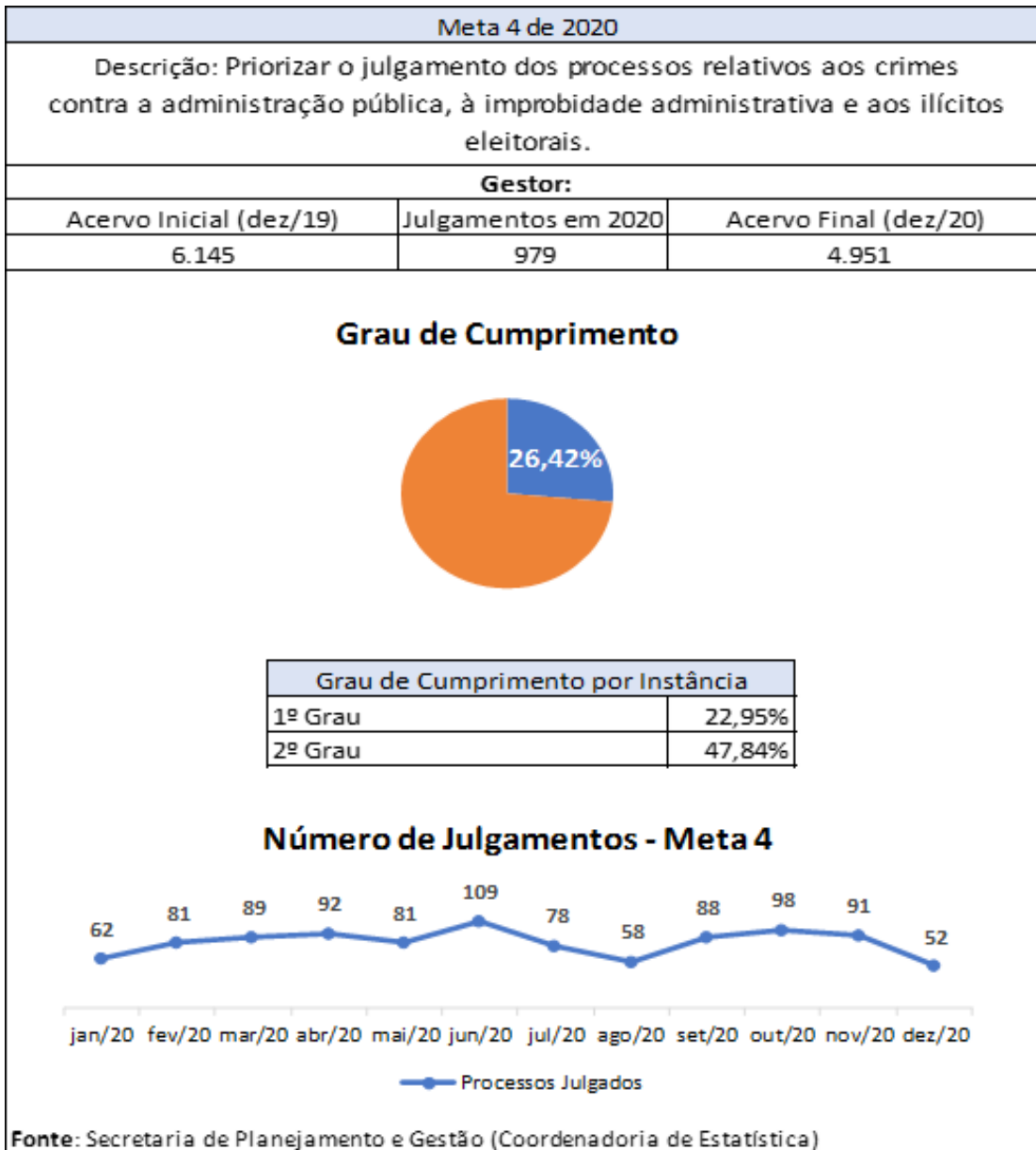


## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça





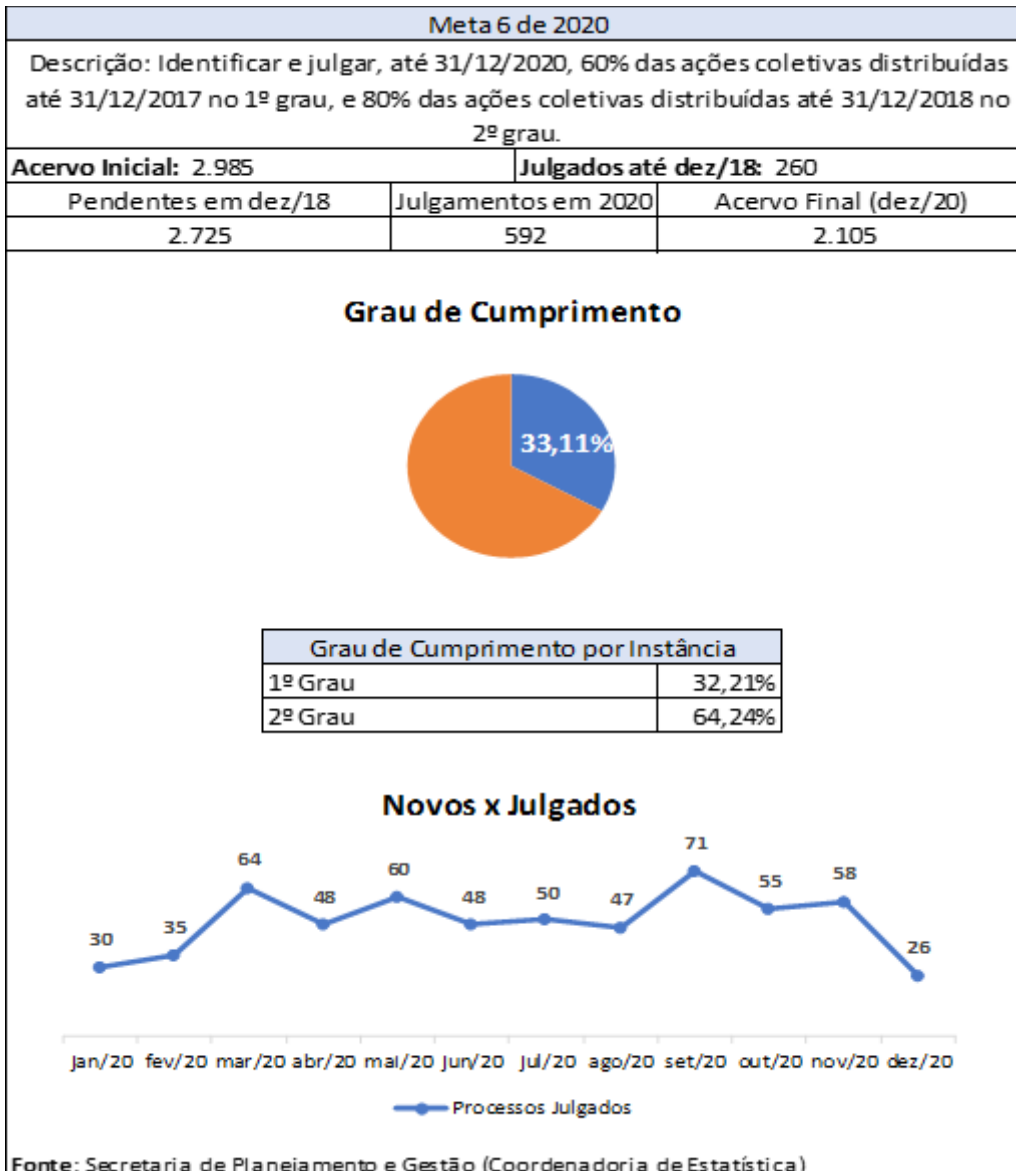
## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça





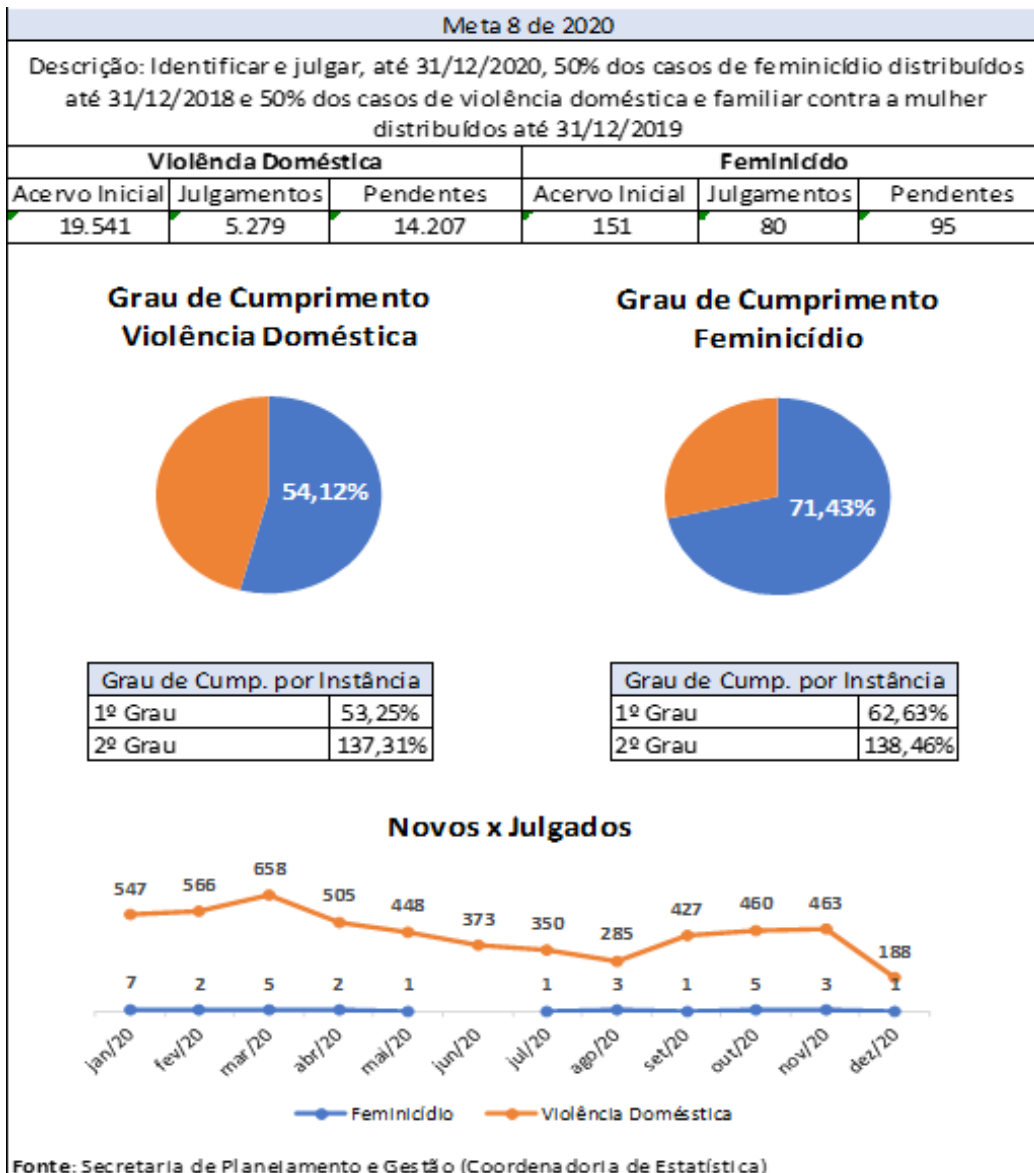


## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça





## 7 JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2020, com dados referentes ao ano de 2019.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 11 - Justiça em Números 2020: Casos em Geral

<b>CASOS EM GERAL</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	16.687
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	41.040
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	15.405
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	59.792
Recursos Internos no 2º Grau	11.347
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	6.938
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	15.600
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	33.196
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	17.721
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	38.134
<b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	47.410
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	110.354
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	188.684
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	412.750
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	12.740
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	11.467
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	60.416
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	167.142



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	53.131
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	151.550
<b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	17.860
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	8.559
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	127.049
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	65.087
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.636
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.667
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	13.335
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	35.150
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	20.155
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	42.647
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	15.933
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	8.961
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	0
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	58
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	0
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	66
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	42.483
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	9.960
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.710
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.716
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	18.851
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	28.545
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	10.104
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	2.830
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	551
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	14.892
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	150
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	18.062
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	105
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	18.090
Recursos Internos nas Turmas Recursais	2.817
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	2.415
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	174
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	24.778
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	141
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	23.598
<b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	243
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	60.970
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	68.607
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	1.609
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	107.717
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1.300



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	625
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	908
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	80.547
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	803
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	86.180
<b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.402
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	9.009
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	11.597
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	5.734
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	9.867
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.610
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	5.756
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.712
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	7.844

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 12 - Justiça em Números - 2020: Recorribilidade

<b>RECORRIBILIDADE</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	4.656
Acórdãos Publicados no 2º Grau	20.300
<b>1º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	45.026
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	112.115
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Recurso interno nas Turmas Recursais	2.817
<b>JUIZADO ESPECIAL</b>	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	17.889
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	99.846
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	332
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	10.592

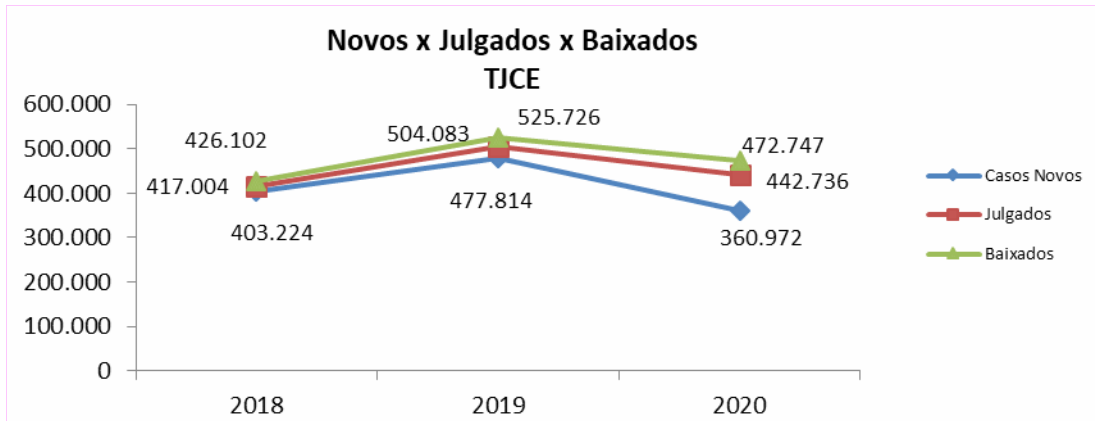
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2020, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Gráfico 3 - Movimentação Processual do TJCE – 2018 - 2020



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 13 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2018-2020

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
2º Grau	58.995	68.532	75.197	34.911	48.074	57.727	28.248	44.428	55.855	37.762	41.930	48.796
1º Grau	1.010.692	982.642	891.522	258.023	292.556	204.821	278.482	332.827	261.603	286.182	366.153	305.178
Turmas Recursais	22.034	25.559	18.195	15.134	13.086	18.212	11.822	12.639	23.739	10.793	10.183	24.952
Juizados Especiais	131.312	146.050	124.069	95.156	124.098	80.212	98.452	114.189	101.539	91.365	107.460	93.821

Tabela 14 - Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2018-2020

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
2º Grau	2.905	2.911	3.258	657	1.058	1.299
1º Grau	4.55	5.165	3.783	887	1.088	815
Turmas Recursais	2.784	1.617	2.117	985	550	1.079
Juizados Especiais	1.258	1.435	1.308	556	642	604
<b>Média Geral</b>	<b>4.752</b>	<b>5.090</b>	<b>3992</b>	<b>1.040</b>	<b>1.286</b>	<b>1.090</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Tabela 15- Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2018-2020

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
2º Grau	95	129	164	103	112	139
1º Grau	80	69	44	99	96	72
Turmas Recursais	488	422	520	348	328	713
Juizados Especiais	244	308	220	254	294	301
<b>Média Geral</b>	<b>102</b>	<b>95</b>	<b>67</b>	<b>117</b>	<b>115</b>	<b>96</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2020, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

Tabela 16 - Evolução da Taxa de Congestionamento – 2018-2020

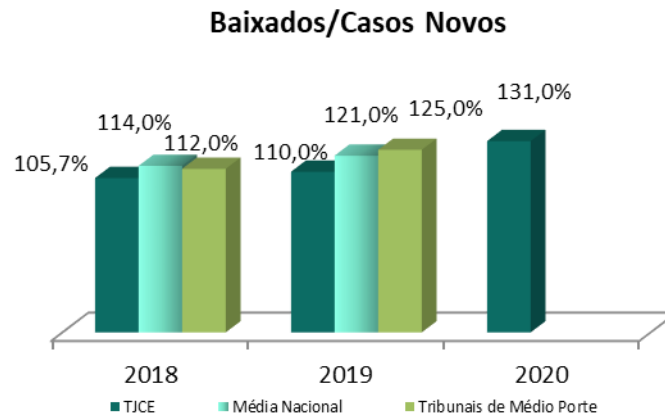
Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2018	2019	2020
2º Grau	61,0%	62,0%	60,6%
1º Grau	77,9%	72,9%	74,5%
Turmas Recursais	67,1%	71,5%	42,2%
Juizados Especiais	59,0%	57,6%	56,9%
<b>Média Geral</b>	<b>74,2%</b>	<b>69,9%</b>	<b>70,1%</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça

Gráfico 4 - Baixados/Casos Novos – 2018 - 2020



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão





---

**Relatório de Desempenho da Gestão 2020 – Tribunal de Justiça**

**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO,  
ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU  
INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

---

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2020, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

José Marcelo Maia Nogueira  
**Secretário de Planejamento e Gestão**